O GLOBO
Publicado em 08/12/2022 - 05:57

Acordo entre PT e Congresso amplia PEC para R$ 205 bi

PEC DE R$ 205 BI

Senado aprova texto por 64 votos, com concessões do PT e 'penduricalhos'

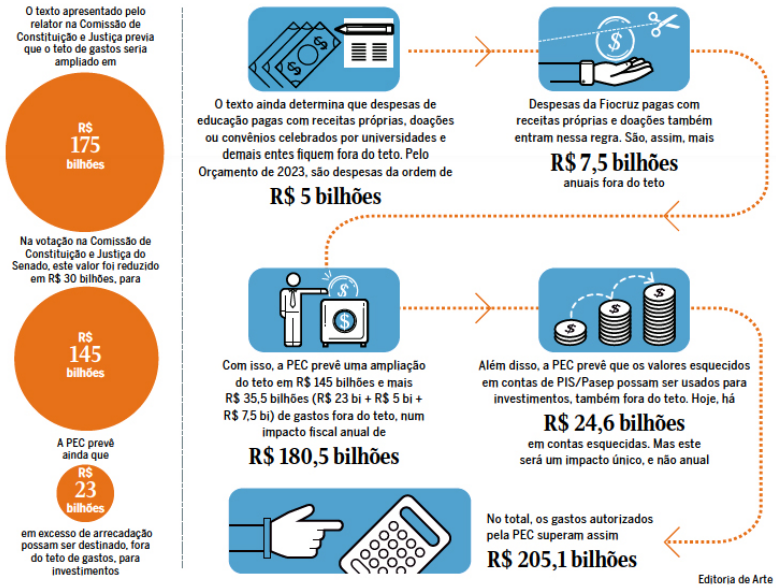
FERNANDA TRISOTTO, MANOEL VENTURA, NATÁLIA PORTINARI E BRUNO GÓES
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em uma vitória para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Senado aprovou, no fim da noite de ontem, a "PEC da Transição", que libera espaço no Orçamento de 2023 para as promessas de campanha do petista e abre caminho para destravar despesas deste ano bloqueadas pelo teto de gastos, inclusive do orçamento secreto. Em troca de votos, contudo, o Senado ampliou "penduricalhos" à proposta inicial, que, segundo técnicos do Congresso, podem elevar o impacto da medida a mais de R$ 200 bilhões.

O texto passou por dois turnos de votação, além dos destaques. Um deles reduzia a validade da PEC para apenas um ano, mas foi rejeitado.

O texto da "PEC da Transição" aprovado vai além do impacto de R$ 168 bilhões — decorrentes do aumento do teto em R$ 145 bilhões e da autorização de usar até R$ 23 bilhões em investimentos em caso de excesso de arrecadação. Outros "puxadinhos" incluídos na proposta podem levar o impacto total da medida a R$ 205,1 bilhões. Além disso, para aprovar a proposta, o PT abriu mão de manter apenas com o governo eleito o poder de indicar a destinação do espaço que a PEC abre em outros programas: pelo texto aprovado, deputados e senadores também decidirão quais programas e ministérios receberão mais recursos em 2023.

ENTENDA OS NÚMEROS DA PROPOSTA



Editoria de Arte

regras fiscais que já havia incluído no texto, antes da votação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na terça-feira, o relator, senador Alexandre Silveira (PSD-MG), apresentou na noite de ontem uma nova versão de seu relatório. Esta amplia a autorização de gastos da PEC — embora algumas destas exceções não impactem diretamente as receitas da União, por serem decorrentes de doações, parcerias de entidades públicas ou mesmo recursos não sacados das contas do PIS/Pasep.

Na votação, o senador Humberto Costa (PT-PE) afirmou que a PEC seria necessária mesmo se Lula não tivesse sido eleito:

— Qualquer que fosse o presidente da República eleito, pelas condições que nós temos hoje de predefinição do Orçamento da União para o ano de 2023, seria necessária uma PEC como esta ou outro instrumento que garantisse a folga fiscal necessária para que pudéssemos atender não somente os compromissos assumidos pelos candidatos, mas também para o cumprimento desses compromissos.

NOVOS ADENDOS

O parecer apresentado por Silveira no plenário trouxe duas mudanças nos "penduricalhos" da PEC. O relator retirou do teto de gastos as despesas pagas com recursos próprios, doações e convênios de todas as instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs). Antes, essa mudança beneficiava apenas a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e teria impacto de R$ 7,5 bilhões. Com a ampliação, a medida também valerá para a Embrapa, com projeção de impacto de R$ 3,5 bilhões.

Além disso, o relator ampliou para dezembro de 2023 o prazo de execução de recursos dos fundos estaduais e municipais de saúde e assistência social que receberam transferências da União no período da pandemia. Essa medida atendeu a uma demanda do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), feita ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O conselho estima haver entre R$ 1,5 bilhão e R$ 2 bilhões nesses fundos da Covid-19 apenas nos estados, e que a ampliação do prazo permitirá o uso desses recursos em um momento de alta no número de casos da doença.

Na terça-feira, antes da aprovação da PEC na CCJ, Silveira havia incluído pontos que prevêem a retirada permanente do teto de gastos das despesas da área de meio ambiente pagas com doações nacionais e internacionais, despesas da Fiocruz, despesas de educação pagas com receitas próprias, doações ou convênios celebrados com demais entes e recursos do extinto PIS/Pasep que não tenham sido sacados e estejam parados há mais de 20 anos.

Atualmente, segundo a Caixa, há R$ 24,6 bilhões em contas "esquecidas" do PIS/Pasep. Esses valores poderão ser usados integralmente em 2023 ou ao longo dos anos, para investimentos do governo federal.

Além disso, técnicos estimam que o impacto da retirada das despesas da Fiocruz do teto seja de R$ 7,5 bilhões no ano que vem, valor que se soma aos R$ 5 bilhões das despesas de educação que sairiam do teto desta rubrica. No caso das despesas com receitas próprias de universidades federais, o montante fica em torno de R$ 1,5 bilhão.

> *"Qualquer que fosse o presidente da República eleito, seria necessária uma PEC como esta ou outro instrumento que garantisse a folga fiscal necessária"*
>
> **Humberto Costa,** senador (PT-PE)

A PEC ainda tira do teto despesas feitas via empréstimos de órgãos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atualmente, o governo federal tem poucos empréstimos nessa situação, já que o mecanismo é mais usado por estados e municípios.

No caso do PIS/Pasep, os valores, segundo o texto da PEC, "serão tidos por abandonados" e "apropriados pelo Tesouro Nacional para realização de despesas de investimento" fora do teto de gastos. O valor entrará como receita primária e sairá como gasto, de maneira a ter um saldo fiscalmente neutro no fim. A PEC ainda dá um prazo de 60 dias após sua promulgação para os titulares das contas reclamarem os recursos. É um desejo antigo dos integrantes do atual governo usar o dinheiro parado do PIS/Pasep. O governo já liberou o saque diversas vezes, mas, mesmo assim, restou um saldo que continua parado.

SEGUE PARA A CÂMARA

No segundo turno, foram 64 votos a favor e 13 contra — a maioria da base bolsonarista —, placar semelhante ao do primeiro turno, de 64 e 16. A proposta precisava de 49 dos 80 votos na Casa antes de seguir para a Câmara. A equipe de Lula trabalha com o limite do dia 22 para fazer as alterações no Orçamento e garantir um Bolsa Família de R$ 600 em janeiro — sem isso, cairia a R$ 400.

ESPAÇO PARA EMENDAS

Mas, para aprovar o texto, o PT teve de fazer concessões. Na versão original da PEC, apresentada na semana passada pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), toda a despesa do Bolsa Família seria retirada do teto de gastos por quatro anos, e a fatura seria de R$ 198 bilhões.

Além de reduzir em R$ 30 bilhões o impacto da PEC e aceitar um prazo de dois anos de validade, o partido concordou que os efeitos do texto valham para este ano, um pedido do Centrão para tentar destravar o orçamento secreto de 2022.

Essa medida pode abrir um espaço fiscal de R$ 23 bilhões, que podem ser usados para descongelar ações do governo Jair Bolsonaro (PL) que sofrem com o bloqueio de verbas, por causa do teto de gastos. Isso pode abrir caminho para o pagamento de R$ 7,7 bilhões em emendas de relator, o chamado orçamento secreto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 19

Copyright © Clipclap 2025.